



**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA, CONCENTRADAS NA  
ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES  
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA  
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

**NATAL – RN**

**2016**

Trabalho apresentado no I Congresso Nacional de Geopolítica, realizado nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2016, em Natal-RN.

# AS BASES GEOPOLÍTICAS DO BRASIL PARA O ATLÂNTICO SUL

*Beatriz Maria Soares Pontes<sup>1</sup>*

## RESUMO

O presente trabalho evidencia o propósito do Brasil para lastrear a sua Política Nacional de Defesa, tendo como dois grandes parâmetros: a paz e a dissuasão. Esses dois elementos perpassam os documentos do Estado brasileiro relativos à Defesa, tais como: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; Acordos de Cooperação com as Nações Africanas; Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica; Exercícios conjuntos com nações latino-americanas e africanas; Capacitação na área Naval, de patrulha aérea e com o Exército na área de manutenção da ordem; Missões realizadas pelo Navio Patrulha Apa; Viagem inaugural do Navio Patrulha Oceânico Amazonas; Formação pela Academia de Força Aérea, de pilotos envolvendo representantes de: Guiné Bissau; venda, pelo Brasil, de aviões de ataque leve Super Tucano para a Maurîtânia e Burkina Faso e o estabelecimento de adidos militares.

**Palavras-chave:** Geopolítica. Segurança. Defesa. Paz. Dissuasão.

## ABSTRACT

The present study shows the purpose of Brazil to spread their National Policy of Defense, with two major parameters: peace and dissuasion. These two elements are found in the documents of the Brazilian State relating to the Defense, such as: Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic; Cooperation Agreements with the African Nations; Complementary Adjustment to the Basic Agreement of Scientific and Technical Cooperation; Joint Exercises with Latin American and African Nations; Training in the Naval area, of air patrol and with the Army in the area of law enforcement; Missions carried out by the *Apa* Patrol Ship; Maiden voyage of the Ocean Patrol Ship *Amazonas*; Training by the Air Force Academy, of pilots involving representatives from: Guinea Bissau; sale, by Brazil, of the Super Tucano light attack planes to Mauritania and Burkina Faso and the establishment of military attachés.

**Keywords:** Geopolitics. Security. Defense. Peace. Dessuasion.

---

<sup>1</sup> Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo efetuar um estudo com a finalidade de verificar, sob a ótica da defesa e da segurança, os acordos de cooperação realizados entre o Brasil e várias nações africanas, em uma perspectiva de paz.

Do ponto de vista teórico, adotamos a perspectiva processual espaço-temporal, envolvendo o período entre 1994 e 2010, época na qual se verificaram a implementação de vários acordos de cooperação entre o nosso país e as nações africanas. Assim sendo, a pesquisa foi de natureza qualitativa, tendo como suportes os documentos oficiais expedidos pelas Forças Armadas relativos aos acordos de cooperação.

Antes de entrarmos na discussão relativa às bases geopolíticas do Brasil para o Atlântico Sul, devemos ressaltar que a plataforma mais avançada na direção leste daquele Oceano, representa, pela sua posição geográfica, a entrada efetiva do Atlântico Sul. Portanto, a nossa avaliação levará em conta aspectos que envolvem o contexto geral do Atlântico Sul (PONTES, 2012).

O advento de uma ordem caracterizada pela presença de potências tradicionais e potências emergentes traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa. Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional, a recomposição do sistema em base multipolar não é suficiente para garantir que, na realidade atual, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados.

Nesse contexto, o Brasil assinala na sua política de defesa e na sua vocação para o diálogo, componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional.

Assim, o custo do não engajamento do Brasil na construção da ordem internacional atual pode ser muito maior do que o ônus, que é o investimento na capacitação, no preparo e no desenvolvimento de meios necessários ao exercício da soberania.

A consolidação de estruturas de governança multilateral é do interesse do Brasil, exigindo estreita coordenação entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece àquela, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do País, no cenário internacional.

A política de defesa determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao povo brasileiro e de garantir a não ingerência externa em seu território e em suas águas jurisdicionais, inclusive, o espaço aéreo brasileiro, o leito marinho e o subsolo.

Isto significa que, a soberania da Nação, sua inserção econômica competitiva e seu desenvolvimento pleno, pressupõe capacidade de defesa condizente com as potencialidades e aspirações do País. Apesar das mudanças cada vez mais aceleradas das últimas décadas, a ordem internacional continua a ser determinada predominantemente pela relação entre Estados.

A defesa e proteção do Brasil diante de potenciais ameaças externas continuam a ser, assim, a missão essencial das Forças Armadas do País.

As implicações para a proteção da soberania, ligadas ao problema mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, os desastres naturais, ilícitos transnacionais, atos terroristas e grupos armados à margem da lei, explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa.

Diante deles, o Brasil reconhece a necessidade de políticas coordenadas entre diferentes órgãos do governo. Outros desafios que se apresentam ao País dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados “conflitos do futuro”, entre eles, as guerras de informação e os conflitos de pequena escala caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas, que operam com o uso de redes sociais.

Portanto, torna-se necessário fortalecer a capacidade de engajamento internacional do País. O diálogo franco e aberto deve contribuir para a política externa e sua interação com a política de defesa, por meio da construção de consensos que impulsionem o debate interno, coletivo e amplo.

A participação efetiva de diversos setores sociais no debate nacional sobre defesa possibilita maior entendimento dessas questões.

A globalização trouxe consigo o agravamento de ameaças de naturezas distintas como o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria marítima, colocando à prova a capacidade do Estado. O agravamento da crise econômico-financeira internacional indica, também, uma possível deterioração das condições sociais, energéticas e ambientais, com evidentes reflexos para a paz e a segurança no mundo.

O propósito brasileiro é trabalhar em prol da construção de uma comunidade global participativa e inclusiva, empenhando-se na promoção de uma “multipolaridade cooperativa”.

A nova arquitetura de poder do século XXI não deve favorecer posturas conflituosas e excludentes, herdadas de ordenamentos internacionais que predominaram ao longo do século XX. Essa opção política, todavia, não pode negligenciar a complexidade das ameaças surgidas no período do pós-Guerra Fria e das incertezas de que se reveste o horizonte de médio e longo prazos.

O País vem se preparando para essas realidades desde a reformulação da Política de Defesa Nacional, em 2005 e, do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, ambas revistas em 2012.

Na América do Sul, delineia-se uma clara tendência de cooperação em matéria de defesa. Essa tendência tem sido constantemente reforçada desde a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, especialmente, de seu Conselho de Defesa (CDS).

Em síntese, a política de defesa brasileira conjuga componentes cooperativos e dissuasórios. Crises internacionais podem surgir à revelia da vontade do País, exigindo um nível adequado de prontidão e modernização de suas Forças Armadas. No plano global, o Brasil deve ter uma capacidade de defesa correspondente à sua estatura econômica, política e estratégica, de modo a ter seus recursos preservados, sua palavra ouvida, sua posição respeitada e sua tradição pacífica salvaguardada (BRASIL - LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, 2012).

## **1. A SEGURANÇA E A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL**

O Nordeste brasileiro abre as portas para o Atlântico Sul, que é, sem dúvida, uma área estratégica tanto para os sul-americanos, quanto para os africanos.

País com maior costa atlântica do mundo, o Brasil tem especial interesse na paz e na segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de grande importância para o comércio mundial.

As passagens ao sul, que ligam o Atlântico ao Pacífico, constituem uma via alternativa ao canal do Panamá, principalmente para os navios de grande porte. A rota do Cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao Oceano Índico é uma alternativa ao Canal de Suez e, oferece também, o melhor acesso marítimo à Antártica. Para além do pré-sal, boa parte do petróleo que o Brasil importa vem de países na faixa equatorial do Atlântico.

As áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas pelas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), as quais incluem o mar territorial (mT), a zona contígua (zC), a zona econômica exclusiva (zee) e a plataforma continental (PC), bem como a região compreendida entre o Paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas menores.

O Brasil também dedica, junto a seus vizinhos da África Ocidental, especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Criada em 1986 pelas Nações Unidas, a ZOPACAS conta, atualmente, com 24 membros: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

Em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do País. O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A resolução nº 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas, conclama os estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse Oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por estados situados em outras regiões. Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul (BRASIL – LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, 2012, p. 35-36).

#### 1.1 AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA SOB A ÓTICA DA SEGURANÇA E DA DEFESA

Enquanto o Atlântico Sul condicionou o preparo e emprego das forças navais no quadro de defesa das Américas, no período da Guerra Fria, hoje, essa área se apresenta para a política externa do País como prioridade estratégica e como eixo para a inserção internacional do Brasil.

Em consequência, dentro do quadro da chamada cooperação Sul-Sul, que se conformou na década de 1970 e, ganhou força no pós-Guerra Fria, o Brasil tem firmado uma série de acordos com países africanos, especialmente os localizados na costa ocidental do continente. Além das áreas econômica, política e tecnológica, a cooperação tem-se dado, também, no campo da segurança e da defesa.

Com o final da Guerra Fria, o papel do Atlântico Sul no contexto da segurança global, como parte da arquitetura de defesa do continente americano, perdeu o sentido que tinha no período anterior. Várias manobras conjuntas continuaram sendo realizadas, patrocinadas pelos

EUA ou criadas de maneira bilateral ou multilateral entre Argentina, Brasil e Uruguai (AGUILAR, 2013).

No entanto, tiveram mais o caráter de fomento da confiança mútua, que de preparo para lutar contra um inimigo comum. Os exercícios entre Argentina, Brasil e Uruguai, voltados para o Atlântico Sul ganharam mais força a partir da década de 1990.

As marinhas da Argentina e do Brasil criaram a operação Araex que incluía o emprego de aviões e helicópteros navais na guerra no mar, com base em exercício semelhante realizado entre as armadas do Uruguai e do Brasil, denominado Uruex. A partir de 2002, os exercícios passaram a reunir as marinhas dos três países. Em 1997, Brasil e Argentina realizaram a Operação Temperex (ações anti-submarinos e de esclarecimentos aéreos), com o porta-aviões brasileiro São Paulo, conduzindo aeronaves S-2T argentinas. Naquele mesmo ano, os três países realizaram um exercício naval, tipo jogo de guerra, denominado Transamérica, versando sobre o controle de tráfego marítimo, a partir da simulação de uma crise regional em que seria necessária a adoção de medidas para a proteção do trânsito de navios mercantes. As três marinhas criaram, também, um jogo de guerra trilateral de manejo de crises em nível estratégico operacional (AGUILAR, 2010, p. 303).

No continente africano, com o final da Guerra Fria, uma série de conflitos movidos pela luta ideológica entre as duas superpotências perdeu o sentido e as fontes de financiamento se encerraram, permitindo a resolução dos mesmos, como os casos de Angola e Moçambique. O fim do regime do *apartheid*, na África do Sul, abriu as portas daquele país para o relacionamento externo, ajudando no estreitamento dos laços com o Brasil.

Em 1993, a Argentina e a África do Sul criaram o exercício Atlasur, no bojo da ZPCAS, com foco voltado para ações de superfície, anti-aéreas, anti-submarinas e de guerra eletrônica, sendo testados, também, procedimentos de apoio logístico móvel e aperfeiçoada a interoperabilidade entre os meios navais e aeronavais dos participantes. A partir de 1995, a convite da Argentina, o Brasil e o Uruguai passaram a participar da manobra e oficiais paraguaios estiveram presentes como observadores (AGUILAR, 2010, p. 299).

No caso do Brasil, a Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada em 2005, incorporou a concepção multidimensional da segurança, bastante discutida no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante a década de 1990, “abrangendo os campos político, militar, econômico, social, ambiental e outros”, mantendo a defesa externa como função primordial das Forças Armadas. Dentre as diretrizes estratégicas, apresentou a intensificação do intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul (BRASIL PR, 2005).

A Política de Defesa Nacional (PDN) assinalou, ainda, que o Brasil participaria de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais, confirmando as ações do governo nesse sentido, já a partir do final da década de 1980, onde se enquadra o envio de tropas armadas para as missões de paz da ONU, em Angola e Moçambique, em meados da década de 1990. No caso desses dois países, a língua portuguesa e o passado comum como colônia portuguesa, pesaram na decisão de uma maior participação do País, nos esforços de paz da ONU. Mas, indicou, também, uma maior importância dos assuntos africanos na agenda internacional brasileira.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), registrou que uma das preocupações mais agudas de defesa estava no Atlântico Sul. A identificação e a análise dos principais aspectos positivos e das vulnerabilidades levaram a END a determinar uma articulação das forças armadas “capaz de levar em consideração as exigências de cada ambiente operacional, em especial o amazônico e o do Atlântico Sul” (MD; END, 2008, p. 45).

A END determinou que, na elaboração das hipóteses de emprego, a Estratégia Militar de Defesa deveria contemplar o emprego das Forças Armadas em decorrência da ameaça de conflito armado no Atlântico Sul. Em consequência, os planos de equipamento e articulação das Forças Armadas deveriam “contemplar uma proposta de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das Hipóteses de Emprego”, de maneira a possibilitar o aumento da presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica (MD, 2008, p. 49).

Na conferência de abertura do Seminário de Estratégias de Defesa Nacional, em novembro de 2012, o Ministro Celso Amorim, levantou a preocupação com as tensões em países da África Ocidental, como o Mali e a Guiné Bissau, o narcotráfico associado ao terrorismo e à pirataria marítima, além do risco de se trazerem para o Atlântico Sul “organizações militares com outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários”. Em seguida, afirmou que:

O entorno estratégico do Brasil, foco prioritário da lógica da cooperação é composto, de um lado, pela América do Sul, tocando a Antártica e, de outro lado, pelo Atlântico Sul, estendendo-se até a orla ocidental da África (AMORIM, 2012, p. 10).

No mesmo sentido do discurso oficial e dos documentos de defesa, várias ações do governo brasileiro contemplaram os países africanos. Foram assinados acordos de cooperação no domínio da defesa com Cabo Verde (MRE 1994b), em 1994, a África do Sul (MRE 2003),

em 2003, Guiné Bissau (MRE 2006), em 2006, com Moçambique (MRE 2009b) e Namíbia (MRE 2009a), em 2009, Nigéria (MRE 2010c), Senegal (MRE 2010d), Angola (MRE 2010a) e Guiné Equatorial (MRE 2010b), em 2010.

Em linhas gerais, se destinavam a: promover a cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, na utilização de equipamentos militares de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção da paz; partilhar conhecimentos nas áreas da ciência e tecnologia, promovendo ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a correspondente troca de informações e colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares. A cooperação se realizaria por meio de visitas de delegações de alto nível; reuniões entre as instituições de defesa; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios realizados em entidades militares, bem como em entidades civis de interesse para a defesa; visitas de navios de guerra e aeronaves militares; eventos culturais e desportivos; facilitação das iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa e implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as partes.

Em 2004, sob a égide do Acordo Geral de Cooperação que havia sido assinado em 1981, Brasil e Moçambique realizaram um ajuste complementar relacionado com segurança pública. A cooperação nesse campo implicou na coordenação de estratégias e troca de informações sobre programas nacionais referentes à prevenção e combate ao crime; cooperação técnica orientada pela experiência brasileira da implantação do Sistema Único de Segurança Pública; ações de formação de pessoal, em especial, ações de capacitação de docentes e formação de formadores, de cooperação no domínio de implantação dos sistemas de gestão do conhecimento e informações, de estatísticas, de pesquisas aplicadas e de elaboração de diagnósticos de segurança pública e justiça criminal, além da realização de estudos visando à modernização da área de gestão das instituições de segurança pública. A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça do Brasil ficou responsável pela execução das ações e a ABC como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações (MRE, 2004a).

Em 2009, um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica que existia entre o Brasil e a Guiné-Bissau, de 1978, previu a implementação de um

Centro de Formação das Forças de Segurança naquele país, com o objetivo de contribuir para a reestruturação e modernização do setor de segurança e defesa, ficando a Polícia Federal brasileira responsável pelas ações decorrentes do ajuste (MRE, 2009c).

Em 2010, uma das áreas da parceria estratégica firmada com Angola foi a de segurança pública e defesa. As diretrizes, nesse domínio, apresentaram o estímulo à cooperação entre os ministérios da defesa e os órgãos de segurança pública e a manutenção de “consultas regulares sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais”, incluindo as iniciativas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul e a “cooperação para a solução de conflitos na África e em outras regiões, inclusive construção da paz em situações pós-conflito”. No campo da cooperação técnica, científica e tecnológica, a parceria contemplou ações para o desenvolvimento de recursos humanos e pesquisas conjuntas nas áreas da indústria naval, segurança pública e defesa. Foi, ainda, estabelecida uma Comissão Bilateral de Alto Nível para “coordenar, acompanhar, avaliar, orientar e assegurar a implementação da parceria” (MRE, 2010e).

Dos países da costa atlântica africana, a Namíbia se firmou como a maior receptora da cooperação brasileira no campo da segurança e defesa. Em 1994, o Acordo Naval assinado entre os dois países deu início ao relacionamento entre as marinhas dos dois países com o objetivo de “criar e fortificar a Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia”. Todas as despesas de traslado e estadia no Brasil, bem como dos militares brasileiros que ficariam naquele país como oficiais de ligação, ficaram a cargo do então Ministério da Marinha brasileiro (MRE, 1994a).

Na época, foram disponibilizadas vagas para formação de oficiais e praças daquele país nas escolas navais brasileiras e realizado um estágio inicial para 145 marinheiros namibianos no Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste, no Rio de Janeiro (MD; MB, 2011).

Em 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso assinou um novo Acordo de Cooperação Naval com o mesmo objetivo do anterior. Por ele, a Marinha Brasileira deveria assistir na organização do Serviço de Patrulha Marítima daquele país capaz de proteger seus interesses em suas águas internas, mar territorial e zona econômica exclusiva, fornecer embarcações e “assistir no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações”. Os custos do treinamento e avaliação realizados no Brasil passaram a ser do governo da Namíbia e foi estabelecida a Missão Naval Brasileira na Namíbia (MRE, 2001).

O acordo gerou uma série de ações decorrentes. Em 2004, a Corveta Purus, que havia sido “aposentada”, foi transferida para a Namíbia, sendo batizada naquele país de “NS Lt-Gen

Dimo Hamaambo”. No mesmo ano, foi acertado o fornecimento de embarcações construídas no Brasil e, em 2006, a marinha brasileira criou Grupos de Apoio Técnico e enviou militares para a base de Walvis Bay.

Em 2009, foi entregue o primeiro navio-patrolha construído no Brasil, batizado de “Brendan Sinbwaye” (BASTOS, 2011). Foram disponibilizadas vagas para os namibianos na Escola Naval, nos cursos de Aperfeiçoamento para Oficiais em Hidrografia e de Formação de Oficiais do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), em cursos de especialização e de formação de marinheiros e soldados (MD; MB, 2011). As ações incluíram, ainda, a cooperação para a criação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais Namibiano e a realização de curso de formação de soldados; o desenvolvimento do Cerimonial da Marinha; a promoção de ações conjuntas de instrução e treinamento militar; exercícios militares conjuntos; troca de informações e a colaboração em assuntos relacionados com sistemas, softwares e equipamentos, dentre outros (MD; MB, 2011).

Em abril de 2010, a Missão Naval na Namíbia contava com cinco oficiais e onze praças (MD; MB, 2011; PRADO, 2009). No início daquele ano, ocorreu a formatura da primeira turma de Soldados Fuzileiros Navais da Namíbia formados pela Marinha do Brasil. Os soldados assumiram funções no “Marine Corps Battalion”, futuro Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais da Namíbia (Revista Forças Armadas, 2011).

No âmbito do IBAS, em 2005, teve início a realização das operações conjuntas denominadas “IBSAMAR”, reunindo as Marinhas do Brasil, Índia e África do Sul, no litoral sul africano, entre as cidades do Cabo e Simon’s Town (MD; MB, 2011).

Em 2006, fruto do acordo de cooperação de 2003, as forças aéreas do Brasil e da África do Sul iniciaram o desenvolvimento de um projeto de míssil de curto alcance, capaz de realizar manobras para atingir alvos durante o voo e com sistema de detecção infravermelho, denominado A-Darter (RANGEL, 2010, p. 48).

As escolas militares de formação e de altos estudos do Exército passaram a receber alunos dos países africanos, especialmente dos de língua portuguesa. Na Academia Militar das Agulhas Negras, em 2011, dos 42 cadetes estrangeiros que se encontravam matriculados, 27 eram de países da CPLP (dez de Angola, dez de Moçambique, dois de Cabo Verde, um da Guiné Bissau e quatro de São Tomé e Príncipe).

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) tem um curso voltado para oficiais de nações amigas (ONA), que recebe em média 11 alunos por ano, dentre eles, africanos. Em 1999, recebeu um angolano e, em 2007 e 2011, oficiais da Nigéria.

Com o Gabão, a cooperação na área do ensino superior, abrangeu a formação de militares daquele país nas escolas de ensino superior da Marinha do Brasil e os dois governos demonstraram interesse em desenvolver a cooperação nos setores de formação de militares, treinamento para as operações de combate em ambientes tropicais e na luta contra a biopirataria (MRE, 2004b).

Em 2012, o ministro da Defesa da Mauritânia, visitou o Brasil e, na reunião com o Ministro Celso Amorim, tratou da possibilidade de realização de exercício conjunto entre as duas marinhas (MURMEL, 2013). Há contatos estreitos com Cabo Verde para capacitação na área naval, de patrulha aérea e com o Exército na área de manutenção da ordem (AMORIM, 2012, p. 12).

Em 2013, o navio-patrulha Apa, construído pela empresa inglesa BAE Systems, em sua viagem do porto de Portsmouth, no Reino Unido, com destino ao Brasil, participou de missões na Mauritânia, Senegal, Angola e Namíbia (MURMEL, 2013). O mesmo havia acontecido anteriormente na viagem inaugural do navio patrulha oceânico Amazonas, que realizou exercícios conjuntos e estreitou laços com as marinhas de Cabo Verde, Benin, Nigéria e São Tomé e Príncipe (AMORIM, 2012, p. 12).

No âmbito da Força Aérea, a Academia da Força Aérea (AFA) formou pilotos de Angola, Moçambique e Guiné Bissau e o governo brasileiro acertou a venda de aviões de ataque leve Super Tucano para a Mauritânia e Burkina Faso (AMORIM, 2012). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se tornou um fórum internacional bastante atuante nas discussões no campo da segurança e defesa. Com base no documento jurídico denominado Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, foram criadas a Reunião de Ministros da Defesa Nacional, a Reunião dos Chefes de Estado-Maior de Defesa e o Centro de Análise Estratégica (CAE), com a finalidade de discutir a profissionalização das forças armadas, a ética e a profissão militar.

No âmbito da CPLP, foi criada a Operação Felino, em outubro de 2000, realizada anualmente em sistema de rodízio, com a participação de elementos dos exércitos de cada um dos países da Comunidade e com um Estado-Maior Multinacional. A operação foi concebida no tema das missões de manutenção da paz e de ajuda humanitária (BRASIL; EB s/d).

O Brasil estabeleceu aditâncias militares junto às embaixadas brasileiras na África do Sul, Nigéria, Angola e em São Tomé e Príncipe e, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), apoiou com bolsas de estudos a formação de quadros na área de segurança e defesa por meio da chamada “cooperação em conhecimento” (FKA, 2009).

A ABC operacionalizou o memorando de entendimento assinado pelo Ministérios da Defesa do Brasil e pelos países da África para a realização de cursos e treinamentos nas três forças armadas. Houve, ainda, a previsão do estabelecimento de uma academia de polícia na Guiné-Bissau e de treinamento contínuo de policiais, a fim de auxiliar o país na reestruturação das forças de segurança pública (FKA, 2009). (AGUILAR, 2013).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após essa trajetória em torno da temática sobre as Bases Geopolíticas do Brasil para o Atlântico Sul, faz-se mister tecer algumas considerações sobre a dimensão geográfica do Atlântico Sul.

Na verdade, o Atlântico Sul corresponde à esfera deste Oceano localizada, imediatamente, abaixo da Linha do Equador até o Continente Antártico, onde, em suas imediações, o Atlântico passa a ser denominado Oceano Glacial Antártico. Isso significa que, na América do Sul, a Linha do Equador passa pelas seguintes nações: Equador, Colômbia, Brasil (Amazonas, Pará e Amapá) e o Delta do Rio Amazonas, na América do Sul.

No Continente Africano, a Linha do Equador passa pelos seguintes Estados: São Tomé e Príncipe, Gabão, Congo (Brazzaville), República Democrática do Congo, Uganda, Quênia e Somália.

Assim sendo, há países que estão inscritos em diferentes acordos relativos ao Atlântico Sul que, na realidade, integram a área concernente à porção meridional do Atlântico Norte, os quais são: Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo, Mauritânia e Burkina Faso.

As nações que integram a área meridional do Atlântico Norte aparecem nos seguintes Acordos levados a termo entre o Brasil e outras nações que estão assinaladas como se pertencessem ao Atlântico Sul. Desta forma, estão arrolados abaixo, no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, somente os países que estão na porção meridional do Atlântico Norte:

- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo;
- Acordos de Cooperação: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Nigéria, Senegal e Guiné Equatorial;

- Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica: Guiné Bissau;
- Exercícios conjuntos: Mauritânia;
- Capacitação na área Naval, de patrulha aérea e com o Exército na área de manutenção da ordem: Cabo Verde;
- Missões realizadas pelo Navio Patrulha Apa, construído pela empresa inglesa BAE Systems (2013): Mauritânia e Senegal;
- Viagem inaugural do Navio Patrulha Oceânico Amazonas que realizou exercícios conjuntos com as Marinhas de: Cabo Verde, Benin e Nigéria;
- Formação pela Academia de Força Aérea, de pilotos envolvendo representantes de: Guiné Bissau;
- Venda, pelo Estado brasileiro, de aviões de ataque leve, Super Tucano, para: Mauritânia e Burkina Faso, e
- Estabelecimento de adidos militares, pelo Brasil, na Nigéria.

No que concerne à inserção do Atlântico Sul na Estratégia Nacional de Defesa, consideramos que esse propósito é sumamente importante, pelas razões a seguir, assinaladas:

- Como a linha do Equador passa pelo Delta do Rio Amazonas há, ainda, uma parte da Amazônia brasileira que antecede, proximamente, o Atlântico Sul. A Amazônia brasileira é uma área, sem dúvida, muito estratégica pelo fato de deter, na sua vasta área, substanciais recursos minerais, recursos hídricos em abundância e extraordinários recursos da biodiversidade. A partir da constatação de que, contemporaneamente, a água torna-se um recurso cada vez mais escasso, os recursos hídricos da Amazônia assumem grande relevo, no cenário mundial e, por essa razão, deve ser alvo da defesa nacional;
- Além disso, quando nos debruçamos sobre o elenco de países que por acordos, missões ou compromissos amistosos estão radicados na porção meridional do Atlântico Norte, entendemos que a aglutinação dos mesmos, nas esferas da diplomacia e da defesa concernentes ao Atlântico Sul têm razão de ser, porque a referida área do Atlântico é, também, pela proximidade dos EUA e da Europa, sem dúvida nenhuma, estratégica, onde são registradas importantes transações comerciais entre a Europa e os EUA e, vice-versa, além das transações com os países do Atlântico Sul.

Finalmente, constatamos que a segurança e a defesa do Atlântico Sul são metas estratégicas prioritárias que devem nortear as relações Sul-Sul. Entendemos que o Brasil, assim como as demais nações integrantes do hemisfério sul, não podem ignorar as relações Sul-Norte, sobretudo, em um mundo muito interdependente. Entretanto, para nós, torna-se uma missão imprescindível, a agilização do intercâmbio em todas as esferas, entre as nações do Hemisfério Sul, onde nos encontramos, o qual constitui uma extensa área que apresenta recursos naturais e humanos que não podem ser ignorados, os quais sugerem esforços acentuados para a sua dinamização administrativa, comercial, industrial e financeira, além de substanciais impulsos relativos à educação, saúde, saneamento, habitação, transportes e segurança, com a finalidade

de tornar vastas porções do Hemisfério Sul menos desiguais, se comparadas às várias áreas desenvolvidas do Hemisfério Norte.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. L. C. **Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à Cooperação Atual**. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

\_\_\_\_\_. Atlântico Sul: As Relações do Brasil com os Países Africanos no Campo da Segurança e Defesa. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v. 2, n. 4, p. 49-71. Jul-Dez, 2013.

AMORIM, C. “Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro”. In: **Conferência do Ministro da Defesa na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional**. Brasília, 27 de novembro, 2012.

BASTOS, E. C. S. **A Marinha do Brasil e sua Projeção no Continente Africano**. Juiz de Fora: UFJF, 2011. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/MBCA.pdf>. Acesso em: 30/07/2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá Outras Providências. Brasília, 30 de junho, 2005.

BRASIL. EB. s/d. **Militares das Forças Armadas participaram, no mês de março, do Exercício Felino, que ocorreu em Angola, na região de Cabo Ledo, na África**. Disponível em: [http://www.exercito.gov.br/c/journal/view\\_article\\_content?groupid=13903&articleId=499772&version=1.0](http://www.exercito.gov.br/c/journal/view_article_content?groupid=13903&articleId=499772&version=1.0). Acesso em: 20/03/2013.

BRASIL. **LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL. 2012**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/ibdn.pdf>>. Acesso em: 08/04/2016.

FKA. **Relatório sobre a VI Conferência do Forte de Copacabana. 2009**. Rio de Janeiro, 12/13 de novembro. Disponível em: [http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_18106-1522-5-30.pdf?091202194047](http://www.kas.de/wf/doc/kas_18106-1522-5-30.pdf?091202194047). Acesso em: 21/03/2013.

**MD; END – Estratégia Nacional de Defesa. 2008.**

**MD; MB.** “Centro de Comunicação Social da Marinha”. Brasília. 2011. Disponível em: [http://www.mar.mil.br/menu\\_h/noticias/ccsm/cooperacao\\_BrasilNamibia.htm](http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/ccsm/cooperacao_BrasilNamibia.htm). Acesso em: 16/08/2012.

MRE. 1994a. Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil. Windhoek, 04 de março.

MRE. 1994b. Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde. Praia, 21 de dezembro.

MRE. 2001. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval. Windhoek, 03 de dezembro.

MRE. 2003. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa. Cidade do Cabo, 04 de junho.

MRE. 2004a. Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Âmbito da Segurança Pública. 31 de agosto.

MRE. 2004b. Comunicado Conjunto da Visita de Estado de sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Gabonesa. Libreville, 28 de julho.

MRE. 2006. Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau. Brasília. 06 de junho.

MRE. 2009a. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio de Defesa. Windhoek, 1º de junho.

MRE. 2009b. Acordo sobre Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique no Domínio da Defesa. Maputo, 26 de março.

MRE. 2009c. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné Bissau. Brasília, 07 de dezembro.

MRE. 2010a. Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa. Brasília, 23 de junho.

MRE. 2010b. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial sobre Cooperação em Matéria de Defesa. Malabo, 05 de junho.

MRE. 2010c. Acordo sobre Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria no Domínio da Defesa. Brasília, 22 de julho.

MRE. 2010d. Acordo sobre Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal no Domínio da Defesa. Brasília, 03 de agosto.

MRE. 2010e. Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola. Brasília, 23 de junho.

MURMEL, N. NPaOc Apa Inicia Viagem ao Brasil com Foco na Cooperação com a África. **Poder Naval. 2013.** Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/tag/marinha-dobrasil/#ixzz2NjatQmUW>. Acesso em: 06/09/2016.

PONTES, B. M. S. O Valor Estratégico do Promontório Nordeste. **Revista de Geopolítica**, vol. 3, nº 2, p. 04-36. Jul./Dez., 2012.

PRADO, A. Namíbia e Brasil Apostam na Cooperação Militar e Comercial. **Revista África 21. 2009.** Disponível em: <http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=8311085&canal=40>. Acesso em: 16/08/2011.

RANGEL, R. Brasil e África do Sul: Desenvolvimento de Novo Míssil. **Inovação em Pauta**, nº 9, p. 48-49, Mai./Jun., Brasília: Finep, 2010.

**Revista Forças Armadas. 2011.** Disponível em: <http://www.revistaforcasarmadas.com.br/revista/estrutura/marinhado-brasil-forma-primeira-turma-de-soldados-fuzileiros-navais-da-namibia>. Acesso em: 16/03/2013.